

ENFIM, SÓS BRASIL RUMO A PEQUIM

HELEIETH I B SAFFIOTI

Em 1975 com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher na cidade do México a ONU deu início a um processo cuja duração prevista era de dez anos. Tomava-se assim uma decisão que refletia uma certa consciência da gravidade da condição feminina em âmbito internacional embora cada região e cada país apresentasse suas especificidades. Esta medida foi sem dúvida fruto dos movimentos feministas que nasceram nos Estados Unidos em meados da década de 1960 e grassaram com maior ou menor velocidade em muitos países. Convenções internacionais foram ratificadas por muitos países visando a eliminação de odiosas discriminações contra mulheres. Desde essa primeira Conferência as ONGs reuniram-se paralelamente aos representantes de governos instalando o processo de dois eventos simultâneos. As relações entre participantes de um e outro não eram propriamente dialogicas já que estava apenas se iniciando a era das ONGs não detendo elas naquele momento poder suficiente para negociar com a conferência oficial. Falando uma linguagem bem distinta das delegações governamentais as feministas reunidas na Tribuna realizaram análises político-científicas percucientes com grande repercussão nos meios de comunicação de massa.

Em 1980 realizou-se em Copenhague a II Conferência Mundial sobre a Mulher destinada a avaliar o avanço em termos de resultados das políticas públicas presuntivamente implantadas por vários países. As conclusões tiveram um sabor amargo pois não obstante os investimentos - laboral emocional científico financeiro etc - a situação da mulher havia se deteriorado apreciavelmente. Este fenômeno desempenhou importante papel no *empowerment* das ONGs cujos diagnósticos vinham apontando a necessidade de *affirmative actions* que pudessem obstaculizar a atualização da máxima freudiana a anatomia e o destino. Nos bastidores ocorreram serios embates entre a posição oficial do Brasil e as ideias defendidas por feministas. Integrava a delegação oficial brasileira uma ilustre *suffragette* Bertha Lutz que entretanto já era muito idosa para o desempenho desta tarefa. Ademais não acompanhara ela a trajetória dos movimentos feministas iniciados na década de 1960. Desta sorte a escolha de seu nome por parte do governo brasileiro representou mais uma homenagem do que propriamente uma atribuição de função.

Em 1985 em Nairobi houve a III Conferência Mundial sobre a Mulher observando-se sempre o esquema da realização do Fórum das ONGs separadamente do encontro oficial. As delegações oficiais brasileiras sempre foram chefiadas por homens. Desempenhava este papel no Quênia o embaixador brasileiro naquele país. Contudo a delegação continha a atual embaixadora do Brasil na Áustria Tereza Quintela que manteve uma interlocução muito rápida mas aberta com as feministas lá presentes.

Ha dez anos o Brasil dava seus primeiros passos em direção a reconstrução da democracia política. No ano de 1985 o país ainda tinha mais ranço de regime autoritário que traços de democracia. O Estado era ainda um aparelho extremamente androcêntrico e totalitário. Era muito recente a implementação de políticas públicas dirigidas a mulher como a criação dos Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher e das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher. Não obstante ser o Brasil signatário de convenções internacionais que em tese o obrigavam e ainda obrigam a desenvolver *affirmative actions* no campo das relações de gênero a criação dos Conselhos de São Paulo e Minas Gerais em 1983 constituiu seu primeiro passo marcante neste sentido. Em Nairobi portanto o país era portador de poucas inovações uma vez que a primeira Delegacia da Mulher nasceu em São Paulo em agosto de 1985. E verdade que esta política viria posteriormente a despertar o interesse de muitos países e até mesmo a ser imitada por alguns deles. O problemático nela consiste na capacidade de o aparato estatal apropriar-se de maneira falocêntrica de uma ideia cujo objetivo era exatamente eliminar o androcentrismo.

Nestes últimos dez anos os movimentos sociais e inclusive os feministas experimentaram avanços importantes. Proliferaram as ONGs com poder crescente. Houve uma razoável democratização política do Estado reconquistou-se o direito a livre expressão do pensamento e os meios de comunicação de massa gozam de considerável liberdade política. Esta liberdade contudo encontra um seu limite na dimensão econômica das relações sociais. Ao invés de se avançar no sentido da democratização da economia tem se acentuado nos últimos anos a concentração de renda a segunda mais aberrante do mundo. Com o processo de pauperização agravaram-se obviamente os problemas sociais como por exemplo a criminalidade. Este fenômeno tem acentuado o autoritarismo de braços armados do aparelho de Estado como a polícia assim como de significativos segmentos da sociedade civil. Rigorosamente não se pode acusar somente o Estado de práticas não democráticas. Tradicionalmente a sociedade brasileira sempre cultivou tipos não solidários de sociabilidade. Ou seja descreveu uma longa trajetória no cultivo de formas autoritárias de sociabilidade o que pode ser facilmente verificado tomando-se os eixos da raça/etnia do gênero e das classes sociais. Embora os movimentos sociais tenham lutado para reduzir as desigualdades homens brancos têm rendimentos quatro vezes superiores aos de mulheres negras. Isto ilustra como o gênero a raça/etnia e a classe social estão enlaçados em um nó de primoroso autoritarismo. Não são somente as tecnologias hegemônicas de gênero que apresentam este caráter. Explicitando da mesma maneira como parcela considerável de negros e racista e um número fantástico de pobres e a favor

da pena de morte boa parte das feministas pratica mais a sociabilidade competitiva que a solidaria O corporativismo aparece assim muitas vezes como um traço marcante de movimentos feministas

O corporativismo embora aparentemente se assemelhe a uma democracia interna e excludente revelando se profundamente autoritario a uma análise menos ligeira É obvio que a construção de novos padrões de sociabilidade não e facil nem rapida pois exige um processo complexo de des re-construção Se isto e valido para o Estado o e tambem para as relações sociais que se travam no seio da sociedade civil Foi neste contexto social politico e econômico que o Brasil preparou sua atuação na IV Conferência Mundial sobre a Mulher a realizar-se em Pequim em setembro proximo

Se nas três anteriores o governo brasileiro sequer elaborou documentos que merecessem um lugar nos arquivos do Ministerio das Relações Exteriores a situação dos anos 1990 e bastante diversa Em boa parte do mundo as ONGs passaram a desempenhar função importante de pesquisa de ação de denuncia Ao mesmo tempo fiscalizam a atuação do Estado e sobretudo preenchem utilizando capitais privados uma função publica Este processo atingiu tal nivel que o sociologo Manuel Castells em seminario realizado em Brasília logo apos a posse do atual Presidente da Republica chamou as ONGs de organizações neo governamentais Não se trata de uma situação sem riscos Ao contrario substituir pelo menos parcialmente o Estado em funções tão fundamentais quanto o desenvolvimento de programas visando a redução de desigualdades de gênero de raça/etnia e de classe social caminha no sentido do Estado minimo o que contem muitos perigos inclusive o de agravamento da situação com a privatização do publico As atitudes do governo brasileiro a este respeito são bastante ambiguas não se dispensa a atuação das ONGs mas se deseja ampliar o controle estatal sobre elas Foi neste clima que ocorreu a preparação do relatorio que o Brasil devera apresentar na IV Conferência

Instado pela ONU a ouvir a sociedade civil atraves sobretudo da voz das ONGs e de feministas independentes o governo brasileiro procedeu de forma mais aberta em 1994 que nas três ocasiões anteriores optando pela contratação de consultoras(es) para o preparo de *papers* que fornecessem informações fidedignas e sistematizadas a fim de alimentar as discussões programadas para os seminarios Estes realizados entre abril e agosto de 1994 incidiram sobre os seguintes assuntos

1 gênero e relações de poder realizado em Salvador BA tendo tido como relatora Ana Alice Alcântara Costa

2 politicas econômicas pobreza e trabalho ocorrido no Rio de Janeiro RJ com relatoria de Bila Sorj

3 violência contra a mulher tendo acontecido em São Paulo SP e sido relatado por Sueli Carneiro

4 saude e educação da mulher foram objeto de debate em seminario realizado em Porto Alegre RS tendo sido relatorias Ana Maria Costa (saude) e Jussara Pra (educação)

5 apresentação e discussão da síntese do relatorio geral e das recomendações

Outro seminario sobre a mulher e a cooperação tecnica havia sido planejado tendo deixado de se realizar por carência de dados Mais dois seminarios forneceram subsidios a elaboração do relatorio embora não tenham sido organi-

zados diretamente pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) Um deles foi realizado em Belem PA e tratou de prostituição e tráfico de mulheres O segundo ocorreu no Rio de Janeiro e incidiu sobre políticas públicas sob a ética de gênero Ambos foram organizados pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher

Por decreto do Presidente da República foi criado em 1993 o Comitê Nacional para a participação do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher Igualdade Desenvolvimento e Paz Sua presidência cabia ao Ministro de Estado das Relações Exteriores tendo o diplomata Jose Augusto Lindgren Alves exercido as funções de secretário executivo do Comitê já que esta tarefa estava afeta segundo o decreto a Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores Integravam também o Comitê Nacional representantes dos seguintes órgãos CNDM Ministerios da Agricultura da Educação e Desporto do Trabalho da Previdência Social da Saúde do Bem Estar Social do Meio Ambiente e da Amazônia Legal a Secretaria de Planejamento Orçamento e Coordenação da Presidência da República a Procuradoria Geral da República e o Fórum das Presidentas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher

O primeiro passo para percorrer este caminho consistia na escolha das(os) consultoras(es) Talvez por falta de experiência o recrutamento de consultoras(es) não foi democrático tendo decorrido na base de indicações que reforçaram certos corporativismos Havia também a possibilidade de as pessoas candidatarem se ao posto de consultoras Para isto todavia era preciso ter acesso a informação sobre o recrutamento Ora esta informação não foi amplamente socializada deixando estudiosas da questão de gênero na ignorância desta hipótese Em decorrência do falho processo de recrutamento adotado foram elaborados alguns trabalhos de má qualidade Fenômeno semelhante ocorreu com a escolha da relatora geral a promotora Luiza Nagib Eluf cuja competência na área de gênero era e é considerada muito limitada pela maioria das feministas que participaram dos seminários O clima reinante nas relações entre a relatora e as feministas em geral foi tenso durante todo o processo atingindo seu apice no seminário de apresentação do resumo do relatório Rigorosamente a relatora não apresentou um resumo de seu trabalho mas excertos dele Como na pauta do seminário constava que se ouviria um resumo do documento as tensões se agudizaram A entrega da versão final do relatório não arrefeceu os ânimos

Para não faltar com a justiça e preciso dizer que a escolha da autora deste artigo para prestar assessoria a ABC organismo que operacionalizou os seminários e geriu os recursos financeiros oferecidos pela ONU tampouco foi democrática Houve uma indicação da profissional pela ONU um questionamento do processo por parte da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e ampla aceitação do nome nos meios feministas As funções da consultora eram numerosas

1 subsidiar a elaboração do relatório sem capacidade decisória que era detida pela relatora

2 elaborar pareceres sobre os *papers* das(os) consultoras(es) tarefa inútil uma vez que não se deixou de remunerar as(os) autoras(es) dos maus trabalhos nem se lhes solicitou nova versão

3 auxiliar na organização de seminários e na elaboração dos relatórios sobre cada um deles quando necessário

4 redigir as recomendações coligindo as nos diferentes relatórios parciais

No desempenho da função especificada no item 1 a assessora escreveu 43 páginas sobre a nova ética que deveria pautar a política de direitos humanos das mulheres sobre violência de gênero e sobre educação feminina entregando-as a relatora para a seu critério absorver as informações procedimento por ela adotado somente no caso da violência Com efeito como o *paper* da consultora contratada para escrever sobre violência contra mulheres não contemplava o aspecto quantitativo a relatora utilizou os dados oferecidos pela assessora Ela recusou colaboração em outras áreas do conhecimento nas quais os *papers* encomendados continham número adequado de informações de boa qualidade

Na reunião preparatória de Mar Del Plata convocada pela CEPAL e realizada em setembro de 1994 a versão final do relatório foi distribuída para algumas pessoas A embaixadora Tereza Quintela que chefiou a delegação brasileira e teve atuação destacada leu o documento e sugeriu modificações e acréscimos Houve ainda uma reunião do Comitê Nacional para apreciação do relatório tendo-se incorporado emendas propostas por alguns de seus membros

Embora o documento não satisfaça os anseios de muitas feministas apresenta sem dúvida um cunho feminista o que significa um avanço na luta das mulheres no Brasil O Estado assim como a sociedade civil não conseguiu desreconstruir formas autoritárias de sociabilidade herdadas tanto do passado remoto como das duas décadas de ditadura que se iniciaram com o golpe de 1964 Para um povo e um Estado que se encontram neste estágio de democratização o processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi inegavelmente muito importante Se boa parte dos sonhos das feministas não foi contemplada fez-se pelo menos um exercício de convivência na pluralidade político-ideológica Parafraseando Fernando Pessoa isto já teria valido muito a pena se a alma não for pequena